

A Multifuncionalidade da Agricultura Urbana e Periurbana em Jundiaí-SP *The Multifunctionality of Urban and Periurban Agriculture in Jundiaí-SP*

Autor(es): Alan da Silva Vinhaes

Filiação: Doutorado pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Presidente Prudente

Email: alan.vinhaes@unesp.br

Autor(es): Antonio Nivaldo Hespanhol

Filiação: Docente no Departamento de Geografia na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Presidente Prudente

Email: nhespanhol@gmail.com

Autor(es): Tamires Regina Rocha

Filiação: Doutoranda pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Presidente Prudente

Email: tamiresrerocha@hotmail.com

Grupo de Trabalho (GT): GT10. Abastecimento, segurança alimentar e nutricional e dinâmicas de consumo

Resumo

O estudo da morfologia urbana tem sido um importante ponto de partida para se compreender diferentes processos e fenômenos que estão atrelados às transformações em curso no espaço urbano. A agricultura urbana e periurbana (AUP) tem sido tema de diversas pesquisas nos contextos brasileiro e mundial. A AUP integra o sistema econômico, ecológico e social das cidades, além de proporcionar segurança alimentar e gerar oportunidades de trabalho e renda. A AUP modifica a paisagem urbana, proporcionando educação ecológica, inclusão social e práticas de economia solidária. A pesquisa tem como objetivo analisar a agricultura urbana e periurbana (AUP) em Jundiaí-SP, cidade que se localiza em uma região em que a dinâmica urbana tem se materializado de maneira intensa no território. Parte-se do pressuposto de que a formação deste espaço se deu em virtude do processo de urbanização difusa, que se intensificou no município a partir da década de 1980. Tais processos promovem um espaço diferenciado em relação aos usos do solo, em que o mercado imobiliário vem se apropriando dessas áreas de maneira acentuada, resultando em espaços complexos de diferenciação social no qual coexistem tensões e conflitos. O artigo foi elaborado com base em levantamentos bibliográfico e documental e por meio da realização de entrevistas com pessoas chaves, inclusive com agricultores urbanos e periurbanos.

Palavras-chave: Agricultura urbana e periurbana; geração de renda; Programa Horta Urbana; urbanização difusa.

Abstract

The study of urban morphology has been an important starting point for understanding different processes and phenomena that are linked to the ongoing transformations in urban space. Urban and peri-urban agriculture (AUP) has been the subject of several studies in the Brazilian and world contexts. The AUP integrates the economic, ecological and social system of cities, in addition to providing food security and generating job and income opportunities. AUP changes the urban landscape, providing ecological education, social inclusion and solidary economy practices. The research aims to analyze urban and peri-urban agriculture (AUP) in Jundiaí-SP, a city located in a region where urban dynamics have materialized intensely in the territory. It is assumed that the formation of this space was due to the diffuse urbanization process, which intensified in the municipality from the 1980s onwards. Such processes promote a differentiated space in relation to land uses, in which the market real estate has been appropriating these areas in a marked way, resulting in complex spaces of social differentiation in which tensions and conflicts coexist. The article was prepared based on bibliographical and documentary surveys and through interviews with key people, including urban and peri-urban farmers.

Key words: Urban and peri-urban agriculture; income generation; Urban Garden Program; diffuse urbanization.



1. Introdução

O estudo da morfologia urbana tem sido um importante ponto de partida para se compreender diferentes processos e fenômenos que estão atrelados às transformações em curso no espaço urbano.

A agricultura urbana e periurbana (AUP) tem sido tema de diversas pesquisas nos contextos brasileiro e mundial. A AUP integra o sistema econômico, ecológico e social das cidades, além de proporcionar segurança alimentar, este modelo de agricultura pode contribuir para gerar oportunidades de trabalho e renda.

A AUP modifica a paisagem urbana, proporcionando educação ecológica, inclusão social e práticas de economia solidária.

Cabe a destacar que a pesquisa ainda se encontra em fase de desenvolvimento, sendo apresentado, nesse trabalho, os seus resultados preliminares.

Para a consecução dos objetivos da pesquisa foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento e análise da bibliografia que trata dos temas relacionados às políticas públicas; agricultura urbana e periurbana; segurança alimentar e economia solidária; morfologia urbana e espaço periurbano. Este levantamento consiste no estudo de referências teóricas já publicadas em material impresso e eletrônico, como livros, artigos científicos, páginas de *web sites* (FONSECA, 2002).

Também foi realizado o levantamento do processo de ocupação do município de Jundiaí-SP.

O texto se encontra estruturado em duas seções, além da introdução, das conclusões e das referências. Na primeira seção, abordamos a relação cidade-campo, o conceito de urbanização difusa, e na segunda, tratamos da agricultura urbana e periurbana e suas definições, além do papel da AUP no contexto da implantação do Programa Horta Urbana em Jundiaí-SP.

2. As relações cidade-campo e suas definições

O período atual é caracterizado pela intensa urbanização de algumas áreas, havendo repercussão sobre os espaços rurais situados nas proximidades das cidades, os chamados espaços periurbanos que apresentam grande diversidade de usos do solo. Se no passado as atividades desenvolvidas nos espaços urbano e rural os diferenciavam, atualmente, o meio rural deixou de ser exclusivo das atividades agrícolas incorporando funções até então exclusivas das cidades.

Para Lefebvre (2001), a relação cidade-campo mudou profundamente no decorrer do tempo histórico, segundo as épocas e os modos de produção e são resultados da divisão social do trabalho.

Marques (2002, p. 100) salienta que existem duas grandes abordagens sobre as definições de cidade-campo: a dicotômica e o *continuum*. Na abordagem “dicotômica o campo se opõe a cidade; já na abordagem do *continuum* a industrialização seria elemento que aproximaria o campo da realidade urbana. Sorokin, Zimmermann e Galpin (1986) são referências da abordagem dicotômica e enfatizam diferenças entre rural e urbano”.

A cidade no passado “correspondia a funções de administração e centralização e o campo isolamento e dispersão, ao identificar essas mudanças no tempo histórico, Lefebvre aponta que a separação entre esses dois espaços pode e deve ser superada a medida em que se institui novas relações de produção” (OLIVEIRA; SANTOS, 2013, n.p). As relações entre cidade e campo e urbano e rural passam a caracterizar-se mais pela complementaridade e menos pela oposição.

Para Sánchez (2019, p. 94) os processos já não são mais os mesmos, pois



[...] ni desde lo urbano, ni desde el espacio rural. Las ciudades, en sus tendencias de expansión y crecimiento, ocupan áreas deshabitadas de muy bajo o nulo valor productivo; por otro lado, también incorporan terrenos localizados en zonas de producción agrícola. El proceso entraña una serie de transformaciones profundas del espacio en cuestión.

Embora conceba que a relação cidade-campo se altera com o passar do tempo histórico, Lefebvre (2001) considera a urbanização um processo geral e inevitável no qual:

[...] a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o. [...] A vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais: artesanato, pequenos centros que definham em proveito dos centros urbanos (comerciais e industriais, redes de distribuição, centros de decisão, etc). (LEFEBVRE, 2001, p. 74).

Um dos conceitos que vem ganhando relevância no meio acadêmico para entender a relação cidade-campo é da urbanização difusa. O autor pioneiro a tratar de estudos referentes ao espraiamento da cidade foi Gottmann (1961), ao analisar o Nordeste dos Estados Unidos. Muitas expressões foram criadas ou recuperadas para analisar tal processo e as formas espaciais associadas a ele, que são: urbanização e cidades difusas, urbanização e cidades dispersas, difusão reticular, suburbanização, periurbanização, contraurbanização, entre outras.

Sposito (2007, p. 45) tendo como referência os estudos de Dematteis (1998) sobre difusão reticular do território, identifica os principais fatores que caracterizam a urbanização difusa: “a) crescimento populacional e territorial, sendo o último com maior proporção em relação ao primeiro; b) ruptura da continuidade da malha urbana (consolidação de fragmentos com vazios intersticiais); e, c) aumento da diferenciação”.

Dematteis (2015, p. 23) utiliza o termo difusão reticular da cidade e entende a “urbanização difusa como o restabelecimento, nos campos e nas pequenas cidades, de uma população não agrícola que podia disseminar no território elementos tipicamente urbanos: casas de campo, galpões, centros comerciais ao longo das estradas e similares”.

A urbanização difusa não está relacionada exclusivamente a mudanças nos valores e nas atividades familiares, mas também a outros aspectos.

Com efeito, a dispersão da cidade, antes de suas periferias, depois ao redor delas e, depois ainda, na cidade difusa, é o que aumenta vertiginosamente a diversidade das situações: a cidade, a cidade difusa principalmente, é ao mesmo tempo, concentração, reinvenção de suas partes mais antigas, modificação das partes modernas, densificação em rarefação, produção de novos lugares centrais de densidade, de proximidade e de distanciamento, de distância e de separação (SECCHI, 2007, p. 118).

De acordo com Sposito (2004), a urbanização difusa resulta em uma realidade territorial complexa no município de Jundiáí devido à sua localização entre dois importantes centros urbanos e consumidores: Regiões Metropolitanas de São Paulo e de Campinas, além de possuir acesso privilegiado às principais vias de circulação: Rodovias Anhanguera e Bandeirantes. Deste modo, é caracterizado por um meio regional urbanizado e industrializado, apresentando os principais elementos que caracterizam a urbanização difusa.

Portanto, a delimitação entre urbano e rural se torna uma tarefa cada vez mais difícil, pois, as atividades presentes em ambos se confundem, perdendo as características específicas que possuíam anteriormente, em que, no campo eram realizadas as atividades ligadas à



agricultura e pecuária, e na cidade as atividades relacionadas a indústria e aos serviços. As novas conformações ou características podem resultar na constituição de espaços periurbanos.

Puig (2016, p. 5-6) salienta que o espaço periurbano é considerado dinâmico e muda

[...] conforme la ciudad se expande sobre el suelo rural que la circunda. De esta manera se materializarían sobre el territorio los distintos paradigmas de desarrollo urbano, que son cambiantes en el tiempo e indisolubles de las coyunturas sociales, ambientales y económicas de cada momento. Es por ello que, en la bibliografía consultada, resulta frecuente que la investigación sobre este espacio divida a los autores en dos grandes bloques: aquellos que profundizan sobre el efecto que ejerce en un sentido físico la expansión urbana (cambios en los usos del suelo, morfología de la ciudad, infraestructuras, etc.); y aquellos otros que estudian estos procesos de periurbanización desde una perspectiva eminentemente social y económica (difusión en el ámbito rural de valores urbanos, segregación residencial, movilidad diaria, etc.). Más que entrar en conflicto, ambos enfoques se complementan y resultan necesarios en la concepción del espacio periurbano en un sentido integral; si bien será la perspectiva física la que cobre mayor importancia en el desarrollo de este documento.

Vale (2005, p. 82) expõe que a plurifuncionalidade é uma característica muito importante do espaço periurbano,

[...] pois expressa uma realidade que o diferencia dos espaços rural e urbano. No entanto, a mistura de usos do solo não é algo exclusivo do espaço periurbano, uma vez que as práticas agrícolas em terrenos urbanos ou a implantação de indústrias em áreas rurais é bastante comum. Ocorre que no espaço periurbano, essa mistura pode ser tão intensa, que dificulta a separação entre o que é rural do que é urbano. Isso permite que a dinâmica periurbana tenha características próprias. Aliás, consideramos a importância do periurbano muito mais pela sua dinamicidade do que pelo fato de ser um espaço rural ou urbano.

De acordo com España (1991) *apud* Alves e Vale (2013, p. 34) a integração do espaço rural pela cidade ocorre por meio de duas etapas distintas: “1) crescimento compacto, em forma de anéis concêntricos, invadindo os espaços mais próximos, integrando-os à economia urbana, e 2) urbanização de áreas mais distantes. A essa segunda forma de urbanização, chamamos de difusa”.

Outra forma de conceber o espaço periurbano é a de espaço vazio,

[...] reserva especulativa do solo à espera de ocupação por atividades urbanas. Assim, surgem extensas superfícies improdutivas que, muitas vezes, são tão importantes quanto a superfície urbanizada. Essa transformação dos usos do solo acaba provocando elevação nos preços dos bens ali produzidos, bem como o preço do solo. Dessa forma, a terra rural passará a ser negociada em metros quadrados e não mais em hectares. A manifestação da especulação imobiliária pode ocorrer, então, tanto na venda dos lotes quanto na sua “estocagem” para venda posterior (ALVES; VALE, 2013, p. 35).



Nesse sentido, percebemos claramente que “está em processo no espaço periurbano a transformação da economia rural, baseada essencialmente na agricultura, em economia urbana, baseada na indústria e nos serviços. Esse fato poderia nos levar a conceber esse espaço como simplesmente um *continuum* urbano ou rural-urbano” (ALVES; VALE, 2013, p. 36).

Puig (2016, p. 6) considera que as condições

que plantea para la actividad agraria periurbana el fenómeno urbanizador, no es de extrañar que muchas de las aproximaciones teóricas a este espacio hayan surgido precisamente desde el mundo de la agricultura urbana y periurbana. La definición de la práctica agrícola periurbana, una actividad productiva con incidencia económica y territorial, obliga a delimitar de manera teórica el espacio que soporta esta actividad.

A agricultura urbana e periurbana (AUP) costuma se estabelecer nestes espaços “vazios” ou indeterminados onde normalmente são cultivadas hortaliças, frutas e outros produtos perecíveis tanto para a subsistência quanto para a venda, sendo importante para complementar a renda e mesmo para gerar renda.

Para se analisar a AUP se faz necessário entender o que é, como se distribui no tecido urbano e suas dinâmicas nas cidades, para que assim, se possa considerar e identificar quem são os agentes que participam, ou seja, quem são os agricultores urbanos e periurbanos, quais são os canais de comercialização utilizados e como se dá a atuação governamental, especialmente da administração municipal.

3. A Multifuncionalidade da Agricultura Urbana e Periurbana em Jundiaí-SP

Os termos agricultura urbana e periurbana são adotadas pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e está relacionado com o uso de pequenos espaços localizados nas cidades ou nas áreas periféricas para o cultivo agrícola e cuidados de animais, destinados ao autoconsumo ou a comercialização (MELO, 2016).

Estas práticas podem ser realizadas em espaços públicos ou privados “dentro do perímetro urbano e ainda no espaço periurbano de municípios, ocupações urbanas, parques, áreas de proteção ambiental, praças, canteiros de estradas e rodovias, corredores ecológicos, parques hortícolas, programas de habitações populares, condomínios, entre outros” (ALVES *et al.*, 2019, p. 163).

A AUP tem sido considerada como

[...] uma solução para um conjunto de problemas sociais, ambientais e econômicos enfrentados na cidade pelos diversos órgãos internacionais, governos nacionais, locais e diversas organizações da sociedade civil. A AUP tem sido defendida como solução de múltiplos problemas, pois, além de ser uma atividade de geração de renda, que pode promover a autonomia financeira e a qualidade de vida para pessoas de baixa renda, pode ser uma atividade que promove economia nas compras alimentícias, saúde psicológica, promoção do convívio comunitário, bem como a saúde alimentar, ao aproximar as pessoas do consumo de produtos orgânicos e naturais (GIACHÉ; PORTO, 2015, p. 45).

Azevedo *et al.* (2018) expõem que a prática de diversas atividades relacionadas à produção de alimentos, ocorre tanto no interior quanto nas áreas periféricas das cidades, assim,



se desponta como alternativa para a produção, autoconsumo, comercialização, novas oportunidades de emprego, além de proporcionar melhores hábitos alimentares para a populações das cidades.

A AUP vem demonstrando a capacidade de desempenhar um importante papel na diversificação e fortalecimento de estratégias de planejamento e administração das cidades. A sua definição perpassa por uma “variedade de categorias de análise que buscam a diferenciação do conceito, afim de que aquela se torne um objeto de investigação distinto da agricultura praticada no meio rural, bem como objeto de políticas públicas específicas” (ROSA, 2011, p. 3-4).

A AUP compreende diversas atividades relacionadas à produção de alimentos e conservação “dos recursos naturais dentro dos centros urbanos ou em suas respectivas periferias, e surge como estratégia efetiva de fornecimento de alimentos, de geração de empregos, além de contribuir para a segurança alimentar e melhoria da nutrição dos habitantes das cidades” (MACHADO; MACHADO, 2002, p. 5).

De acordo com Ferreira (2013, p. 42), a AUP localiza-se dentro ou ao redor das cidades, sendo que

A área intra-urbana refere-se a todos os espaços dentro das cidades que podem ter algum tipo de atividade agrícola. Podem ser áreas individuais ou coletivas ou ainda áreas públicas dentro e entre os contornos das cidades, incluindo as vias públicas, praças, parques e áreas ociosas como lotes e terrenos baldios.

Apesar de estarem localizados nas proximidades das cidades, os espaços periurbanos,

do ponto de vista da paisagem, apresentam aspectos predominantemente rurais. Contudo, nem é espaço rural nem urbano. As áreas periurbanas são áreas de transição entre o campo e a cidade, portanto, nelas são encontradas tanto atividades rurais quanto urbanas. Contudo, o uso do solo, geralmente, é regido por instrumentos de gestão urbana. Daí a necessidade de se procurar entender este espaço, uma vez que este é, por excelência, um ponto de transição rural-urbana (FERREIRA, 2013, p. 111).

Rosa (2011) expõe que a AUP pode estar relacionada em diferentes aspectos que vão desde a sua localização, tipos de áreas, sua escala, modo de produção, diversidade de produtos e a comercialização.

As definições mais usuais da AUP, de acordo com Mougeot (2000, p. 3), se baseiam nos seguintes elementos: “tipos de atividade econômica; localização intra-urbana ou periurbana; tipos de áreas onde ela é praticada; sua escala e sistema de produção; as categorias e subcategorias de produtos (alimentícios e não alimentícios); e a destinação dos produtos, inclusive sua comercialização”.

Como demonstrado na figura 1, o conceito de agricultura urbana está associado a produção, entretanto, os conceitos mais atuais inserem também o processamento e a comercialização, e as interações entre todas essas fases.

“Na agricultura urbana, a produção e a venda (e também o processamento) tendem a estar mais interrelacionados no tempo e no espaço, graças à maior proximidade geográfica e ao fluxo de recursos mais rápido” (MOUGEOT, 2000, p. 3).

Um dos elementos citados na figura 1 é a localização, pois se define o local em que será praticada a atividade nas cidades (MOUGEOT, 2000).

Figura 1. Elementos que definem a agricultura urbana e periurbana



Fonte: Mougeot (2000, p. 3).

Mougeot (2000, p. 3-4) destaca que poucos estudos realizam uma verdadeira diferenciação entre os locais intra-urbanos e os periurbanos, ou,

[...] se o fazem, usam critérios muito variados. Os que consideram essas diferenças têm usado como critérios, para definir a "agricultura intra-urbana", o número de habitantes; a densidade mínima; os limites oficiais da cidade (Gumbo e Ndiripo, 1996; Murray, 1997); os limites municipais da cidade (Maxwell e Armar-Klemesu, 1998); o uso agrícola da terra zonificada para outra atividade (Mbiba, 1994); e a agricultura dentro da competência legal e regulamentar das autoridades urbanas (Aldington, 1997, np.).

Já o critério empregado para estabelecer o tipo de área varia de um autor para outro. Para Mougeot (2000, p. 4):

[...] há o critério da área com relação à residência do produtor (se dentro ou fora do lote onde ele reside); ou com relação ao desenvolvimento da área (se ela está construída ou baldia); ou com relação à modalidade do uso ou da posse (cessão, usufruto, arrendamento, compartilhado, autorizado mediante acordo pessoal ou não autorizado, direito consuetudinário ou transação comercial); ou com relação à categoria oficial do uso do solo da zona onde se pratica a agricultura urbana (residencial, industrial, institucional, etc.).

No quesito de sistemas e escalas de produção, “geralmente, o esforço investigativo se concentra nas micro, pequenas e médias empresas, individuais ou familiares, em oposição às empresas de grande escala, nacionais ou internacionais” (MOUGEOT, 2000, p. 4).

A *United Nations Development Programme (UNDP)* destaca a relevância da AUP pois traz “significantly to the socio-economic development of towns and cities throughout the world. In several economies, particularly developing ones, it is one of the largest urban productive industries. In low-income cities, it is a prime generator of jobs” (UNDP, 1996, p. 3-4).

“Parte essencial da agricultura urbana consiste no que é produzido. De acordo com a FAO, a AUP inclui atividades como a silvicultura, o cultivo de plantas ornamentais e



medicinais, a criação de animais e os cultivos de alimentos, tais como a horticultura e árvores frutíferas” (ROSA, 2020, p. 51).

Arruda *et al.* (2011, p. 51-52) destacam que a AUP contemporânea tem sido destaque no cenário mundial e tornou-se um instrumento de integração nos processos de “desenvolvimento sustentável das pessoas e do ambiente. Neste sentido pode ser considerada como parte integral da gestão urbana, sendo uma ferramenta para a diminuição da pobreza, por meio da geração de renda e empregos e também uma forma de trabalhar com o manejo ambiental”.

A AUP é importante para a segurança alimentar e nutricional porque

[...] oferece acesso a alimentos para autoconsumo, diversifica a dieta e os hábitos alimentares, valoriza os cultivos nativos com alto valor nutritivo e melhora a disponibilidade de alimentos frescos, ricos em micronutrientes. As atividades de AUP são ferramentas estratégicas para prover às populações urbanas pobres seu auto sustento, tornando-se instrumentos para suprir as carências alimentares, pois viabiliza a economia nos gastos com alimentação (MELO, 2016, p. 3).

Em termos de distribuição de alimentos, a AUP é

apoiada por inúmeras comunidades e desenvolve um sistema inovador de ligação entre o produtor urbano e o consumidor. São criadas opções de mercado, desenvolvendo-se uma produção artesanal vinculada à demanda da comunidade e consumidores, ou seja, há o estabelecimento de circuitos mais curtos de produção e comercialização. Os preços na maioria das vezes estão expostos a preços competitivos nos mercados locais (MELO, 2016, p. 4).

A AUP contribui para a soberania alimentar; a preservação do meio ambiente; para a saúde e o bem-estar, reduzindo a fome, fortalecendo o acesso a alimentos e gerando renda (SMIT *et al.*, 1996).

Os benefícios proporcionados pela AUP são, “qualitativos e quantitativos, resultando em melhorias na qualidade da alimentação e no número de pessoas que têm acesso a ela (...) a AUP também pode contribuir significativamente para combater a fome urbana e a desnutrição” (ROSA, 2020, p. 55).

A AUP pode auxiliar no combate à pobreza urbana, pois ela tem potencial para gerar novas oportunidades de emprego e renda, por meio da venda da produção, e não necessita de trabalho especializado, nem de vastos recursos para a sua implantação (MELO, 2016).

Em relação à economia, a AUP gera possibilidades de trabalho para os mais jovens, os adultos e os idosos. Também estimula o empreendimento e diminui a pobreza, além de proporcionar o trabalho para o gênero feminino e outros grupos marginalizados da sociedade (ROSA, 2020).

A AUP vem demonstrando a capacidade de desempenhar um importante papel na diversificação e fortalecimento de estratégias de planejamento e administração das cidades. Assim:

Es una realidad el papel incipiente que tiene la agricultura urbana y periurbana en la planificación del desarrollo urbano. Su consideración es muy variable en los diferentes países en los cuales tiene presencia. Aun en sociedades de mayor desarrollo, es tenida en cuenta según haya ganado presencia y espacios por la acción de grupos sociales o frentes ciudadanos que impulsan su práctica mediante la recuperación de espacios vacíos o semiutilizados, donde se



fomentan modalidades alternativas de producción y consumo. Generalmente, esos espacios se han mantenido como ámbitos de resistencia a la continua pérdida de sus áreas verdes y para la producción de alimentos sanos. Si bien su presencia es aún incipiente y sin peso real en los mecanismos del ordenamiento territorial, han existido esfuerzos y políticas de corte municipal que mantienen la intención de convertir las prácticas en una constante en las ciudades (SÁCHEZ, 2019, p. 16).

Para Ferreira (2013) as atividades executadas na AUP são semelhantes, o que varia é o tipo de produção realizado na cidade ou na área periurbana, os aspectos físico-geográficos e as práticas alimentares características de cada local.

A prática da AUP se destaca em países como Canadá; Estados Unidos e México, conforme aponta Corbould (2013, p. 2):

Land plots to grow crops are diverse, including windowsills, rooftops, basements, walls, recreational grounds and roadsides. These gardens mostly operate as community gardens. Despite its growing popularity, urban agriculture feeds only a very small percentage of the population in these cities. The North American Urban Agriculture Committee estimates that urban areas produce only 5 per cent of urban food consumption. Production capacity is limited by the amount of space available and the high costs associated with urban farming.

Outro país em que a AUP tem um papel relevante é Cuba, pois a atividade possui sua importância econômica e social, desde o início dos anos 1990. “A atividade se iniciou de maneira espontânea, em virtude das restrições alimentares enfrentadas pela população após a derrocada dos países do bloco socialista” (HESPANHOL, R.A.M., HESPANHOL, A.N., 2018, p. 53).

As modalidades de AUP que se destacam em Cuba são: “os organopônicos, áreas de cultivo de produtos hortícolas em canteiros e, em alguns casos, de criação de pequenos animais, que são instaladas em terrenos cedidos pelo Estado no interior e no entorno das cidades” (HESPANHOL, R.A.M., HESPANHOL, A.N., 2018, p. 53).

Nos últimos anos, a AUP se espalhou notavelmente “até mesmo na Grécia, tendo em vista que não existia uma tradição histórica nessa atividade. Atores diversos, tais como grupos comunitários, redes agroecológicas e os governos locais, estão desenvolvendo projetos com vários objetivos e diferentes padrões organizacionais” (MORÁN; CASADEVANTE, 2015, p. 26).

A “articulação de políticas ambientais, políticas voltadas à saúde e políticas urbanas com as atividades de agricultura urbana podem transformar vazios urbanos em espaços de convívio social que, além de função social, também possui funções ambiental e cultural bem definidas” (ROSA, 2011, p. 15).

Neste contexto, o “melhor seria reconhecer a AUP como atividade legítima no contexto urbano, e integrar ações, projetos e políticas públicas com outras matérias que já são alvo de planejamento e preocupações do poder público e da sociedade” (RESENDE; CLEPS JÚNIOR, 2006, p. 198).

Rosa (2011, p. 12) expõe que é possível perceber que a “escala governamental de promoção da AUP é, em sua essência, a municipal. No entanto, sem uma articulação com as demais esferas de governo, o município tem dificuldade de assegurar a viabilidade da AUP, em especial com relação à oferta de crédito”.

Até 2018 não havia uma Política Nacional de Agricultura Urbana no Brasil. Várias ações voltadas para a AUP começam a surgir a partir de 2004 voltadas ao combate à fome e à



promoção da segurança alimentar e nutricional. A condução dessas políticas foi desenvolvida pelo então Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e incluída na agenda de políticas relativas à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Somente em 2018 foi aprovada a Portaria nº 467, de 7 de fevereiro de 2018, que institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

As metas do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana são as seguintes:

I - formalizar parcerias na perspectiva de promover a agricultura urbana, na forma de produção agrícola sustentável, comunitária e/ou doméstica, por meio da introdução de tecnologias de produção sustentáveis como catalizador da segurança alimentar, geração de renda e inclusão social; II - fomentar o desenvolvimento de ações voltadas para a gestão e o aperfeiçoamento das ações de agricultura urbana e periurbana; III - promover a conscientização de possíveis financiadores para a agricultura urbana e periurbana; e IV - sensibilizar as esferas estaduais e municipais para desenvolver políticas regionais e municipais de agricultura urbana e periurbana, principalmente nas escolas e associações comunitárias (BRASIL, 2021).

Na esfera estadual, o Estado de São Paulo fomenta alguns programas

[...] como o Programa São Paulo Orgânico e Guarapiranga Sustentável. O primeiro programa foi lançado em 2013, por meio de uma parceria entre a Secretaria do Meio Ambiente (SMA) e a SAA. Até esse momento, investiu em cursos de capacitação e gestão da agricultura orgânica direcionada aos técnicos da SAA, além de ter previsto o financiamento de até R\$ 100.000,00 por agricultor e até R\$ 400.000,00 por cooperativa que pretenda efetivar a transição da agricultura com uso de agrotóxicos para a agricultura orgânica. (...) Já o Programa Guarapiranga Sustentável trata-se de uma iniciativa do governo com o objetivo de incentivar a agricultura orgânica e familiar próxima ao reservatório Guarapiranga, a fim de recuperar e preservar as áreas de mananciais. Em ambos os programas, não há especificação no que tange ao incentivo da agricultura urbana agroecológica, embora o Programa Guarapiranga Sustentável atue em regiões próximas aos centros urbanos da cidade de São Paulo, Embu das Artes, Itapeverica da Serra e São Lourenço (GUIACHÉ; PORTO, 2015, p. 49).

No âmbito do município de Jundiaí há o Programa Horta Urbana que é uma política pública voltada aos agricultores urbanos e periurbanos.

O Programa Horta Urbana foi criado em 2021 e visa oferecer alternativas para promover a segurança alimentar dos munícipes de Jundiaí e uma fonte de renda alternativa para a população, estimular a economia solidária e as práticas comunitárias em espaços públicos e ainda estimular o contato de crianças e adolescentes com a natureza. Além disso, as hortas também contribuem com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (PREFEITURA DE JUNDIAÍ, 2021).

O mapeamento das áreas com bairros de “maior vulnerabilidade já foi realizado e inicialmente são 15 áreas disponibilizadas, que abrangem os bairros: Novo Horizonte, São Camilo, Santa Gertrudes, Vila Nambi, Fazenda Grande, Cecap, Jardim do Lago, Ivoirucaia, Jardim Tamoio, Caxambu, Vila Maringá e Alvorada” (ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA DE JUNDIAÍ, 2021).



“A definição das áreas levou em consideração aspectos como topografia e insolação dos terrenos e a proximidade com áreas que apresentam maior vulnerabilidade social. Nas hortas poderão ser cultivadas hortaliças, plantas medicinais, aromáticas, ornamentais e espécies frutíferas” (ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA DE JUNDIAÍ, 2021).

Para se candidatar ao Programa Horta Urbana é necessário se cadastrar no “*site* da Prefeitura, ser morador de Jundiaí, participar do curso de capacitação, com obtenção do certificado de aptidão; comprometer-se com as atividades de manutenção da horta e atender as legislações vigentes. Cada interessado pode se candidatar para até duas áreas” (TVTEC JUNDIAÍ, 2021).

A prioridade será para pessoas que tenham residência próxima ao local da horta, que façam “o uso coletivo do espaço como grupos representados por associações de bairro e organizações sociais. O município ficará responsável pela preparação dos canteiros e pela oferta inicial de insumos aos interessados em situação de vulnerabilidade, inscritos no Cadastro Único” (TVTEC JUNDIAÍ, 2021).

A ação multiplataforma da Prefeitura de Jundiaí

com foco em incentivar o uso de espaços em área urbana para o cultivo de verduras e legumes, promovendo a geração de renda e a alimentação saudável, denominado Horta Urbana, teve o primeiro ciclo de capacitação realizado na Unidade de Desenvolvimento Ambiental (UNIDAM). A capacitação conta com módulos teóricos e práticos que auxiliarão as pessoas interessadas em cultivar os espaços desde o trato com o solo, plantio, colheita até a comercialização (ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA DE JUNDIAÍ, 2021).

O Programa Horta Urbana é coordenado pelo gestor de Planejamento Urbano e Meio Ambiente e pela diretora de Urbanismo da Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente (UGPUMA). O programa também conta com o apoio das Unidades de Agronegócio, Abastecimento e Turismo, Infraestrutura e Serviços Públicos, Assistência e Desenvolvimento Social, Escola de Gestão Pública, Governo e Finanças, Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (PREFEITURA DE JUNDIAÍ, 2021).

Plantar nas cidades e combater a fome nos centros urbanos tem sido um caminho apontado para reduzir o índice de insegurança alimentar no Brasil. Um estudo revelou que só o cultivo de alimentos nos telhados da cidade do Rio de Janeiro poderia suprir a demanda anual de vegetais de 39,2% dos habitantes. Outro levantamento aponta que a agricultura urbana tem potencial de alimentar 20 milhões de pessoas em São Paulo (CICLO VIVO, 2021).

No caso de Jundiaí, a prefeitura também vê o programa como um importante mecanismo para fomentar a segurança alimentar. Além disso, busca-se gerar uma fonte de renda alternativa para a população, estimular a economia solidária, o contato de crianças e adolescentes com a natureza e as práticas comunitárias em espaços públicos (CICLO VIVO, 2021).

O Programa Horta Urbana vai disponibilizar áreas públicas ociosas para os munícipes que queiram cultivar hortaliças, plantas medicinais, aromáticas, ornamentais e espécies frutíferas, conforme é demonstrado na figura 2.

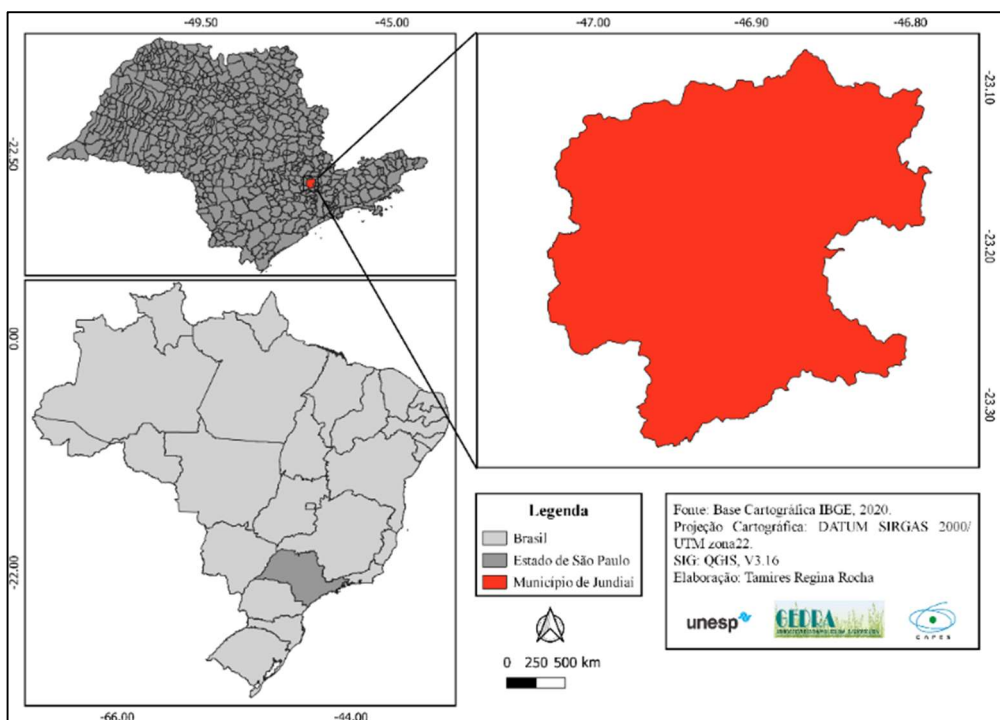
Figura 2. Programa Horta Urbana incentiva o uso coletivo e colaborativo das áreas que serão disponibilizadas



Fonte: Prefeitura de Jundiaí, 2022.

O município de Jundiaí (Mapa 1) possui localização privilegiada, estando entre as regiões metropolitanas de Campinas e de São Paulo, além de ser cortada por duas vias de acesso muito importantes, quais sejam as Rodovias Anhanguera e Bandeirantes.

Mapa 1. Localização do município de Jundiaí – SP





Em 2017, segundo o IBGE, o município possuía o 7º maior Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de São Paulo no valor de R\$ 39,8 bilhões e PIB *per capita* de R\$ 100.679,50, maior que o de todas as capitais do país, e 109% maior que o PIB *per capita* do Estado de São Paulo (IBGE, 2017). Jundiaí possui um IDH de 0,822, sendo considerado alto (IBGE, 2016).

Em 2019, segundo dados da Prefeitura Municipal, Jundiaí possuía o 9º PIB industrial do Estado de São Paulo e o 7º PIB em prestação de serviços e comércio. Apesar dessa importância do setor industrial e de comércio e serviços, a agricultura e o espaço rural tiveram e ainda têm importância no processo de formação e consolidação do município, sendo conhecido nacionalmente pela expressiva produção de uva e morango.

De acordo com o IBGE – em 2010, a população total correspondia a 370.126 habitantes, sendo que a população urbana era de 354.204 (95,7%) e a rural de 15.922 (4,3%). A densidade demográfica no município era de 858,42 habitantes por km².

Atualmente, segundo o IBGE (2020), Jundiaí conta com uma população total de 423.006 habitantes. Em relação à participação dos setores econômicos no Valor Total Adicionado, Jundiaí aparece com 74,99% no setor de comércio e serviços, 24,67% no setor industrial e 0,34% no setor agropecuário (SEADE, 2017).

As dinâmicas proporcionadas pelo espaço periurbano a partir da análise do processo de urbanização difusa, que se intensificou na década de 1980 no município de Jundiaí, fizeram com que houvesse um avanço das áreas urbanas sobre as rurais. Sendo assim, a tarefa de delimitar tais espaços se torna cada vez mais complexa.

Não é possível pensar no município de Jundiaí considerando apenas o perímetro urbano, pois ocorreu o processo de expansão urbana sobre as áreas rurais. Essa é a situação das grandes cidades do Brasil, principalmente as que se situam mais próximas de regiões metropolitanas.

No município de Jundiaí a constituição dos espaços periurbanos está relacionada a formação de uma complexa rede viária, que proporciona a circulação e o acesso rápido ao trabalho e, principalmente, pela ação do mercado imobiliário que passa a atuar interessado nas particularidades desses espaços, como é o caso da proximidade com a natureza.

Nos espaços periurbanos de Jundiaí de um lado, há a permanência de “territórios rurais tradicionais constituídos historicamente a partir do trabalho do colono-imigrante e, certamente, pela presença significativa da produção agrícola familiar em regime de pequena propriedade” (NORONHA, HESPANHOL, 2008, p. 95). De outro lado, essas áreas rurais passam a combinar conteúdos e expressões entendidas como urbanas, como é o caso dos loteamentos irregulares e os condomínios residenciais fechados.

O processo de produção do espaço em Jundiaí é complexo, o que resulta na constituição de inúmeros territórios urbanos que, atualmente, têm extrapolado os limites geográficos da cidade impostos pelas secretarias municipais com fins de planejamento e equidade territorial. Tal movimento da sociedade capitalista, que é o mesmo da urbanização contemporânea, tem posto em evidência a existência de um “campo” que transcende o agrário e o agrícola.

4. Conclusões

A agricultura urbana sempre esteve presente nas cidades, pois esta é considerado um importante meio de produção de alimentos. Além disso, deve-se considerar a identidade dos habitantes que viviam no meio rural e passaram a morar nas cidades e encontraram na AU uma oportunidade de continuar produzindo alimentos, tanto para comercialização dos produtos, quanto para o autoconsumo.



Outras dimensões da AU a serem consideradas são a ambiental, econômica e a social. A primeira dimensão, está muito relacionada a sua capacidade de contribuir para a manutenção e recuperação de áreas verdes, o que pode favorecer o aumento da biodiversidade urbana, enquanto que, as outras duas dimensões podem resultar em melhorias na segurança alimentar e nutricional, ampliando a disponibilidade de alimentos para a população mais carente, e garantindo a chegada de alimentos frescos para os consumidores de baixa renda, além de possibilitar a geração de ocupação e renda.

A conscientização e o incentivo à realização da AU, em especial, nas grandes cidades, podem gerar profundas transformações e aumentar a qualidade de vida da população urbana. No entanto, a prática da AU ainda carece de políticas públicas, sendo a esfera municipal a mais apropriada para elaborar essas políticas.

5. Referências

ALVES, Flamarion Dutra; VALE, Ana Rute do. A relação campo-cidade e suas leituras no espaço. **Acta Geográfica (UFRR)**, p. 33-41, 2013.

ALVES, Deise de Oliveira; MOURA, Adeildo de Quadros; SCHULTZ, Glauco. Agricultura urbana no Brasil: um levantamento sobre a produção científica nas bases Scopus e Web of Science. **Rev. Eletrônica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado**. DRd – Desenvolvimento Regional em debate v. 9, p. 160-178, Campinas, 2019.

ARRUDA, Juliana; DUTRA, Pamela G.; SOUZA S. Raphaella; MALUF, Renato S.J. Identificação dos atores sociais que participam ou estimulam ações de agricultura urbana relevantes no Município do Rio de Janeiro. In: **XX JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA da UFRRJ**, 2011, Seropédica. 20 anos da Jornada de Iniciação Científica da UFRRJ: A diversidade na pesquisa. Seropédica: EDUR, 2011.

AZEVEDO, Emanuel Mustafa; VENTURA, Matheus Vinicius Abadia; BESSA, Márcio Moacir; ALVES, Lucas Silva. Agricultura urbana como alternativa de renda na cidade de Rio Branco - AC. **REVISTA PRODUÇÃO ACADÊMICA - NÚCLEO DE ESTUDOS URBANOS REGIONAIS E AGRÁRIOS/NURBA** – vol. 4, n. 1, 2018, v. 4, 2018, p. 03-10.

CICLO VIVO. Disponível em < <https://ciclovivo.com.br/mao-na-massa/horta/jundiai-terrenos-ociosos-hortas-urbanas/> > Acesso em 17.mar.2023.

CORBOULD, Claire. **Feeding the Cities: Is Urban Agriculture the Future of Food Security?** Strategic Analysis Paper. 2013. Disponível em <http://www.futuredirections.org.au/publication/feeding-the-cities-is-urban-agriculture-the-future-of-food-security/> Acesso em: 23.mar.2023.

DEMATTEIS, Giuseppe. Contraurbanização, periurbanização, cidade dispersa e rede de cidades na Itália. **Cidades: Urbanização Difusa**, v. 12 n.21, p. 14-34, 2015. Disponível em < <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/4877> > Acesso em: 27. mar. 2023.

ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA DE JUNDIAÍ. Disponível em <https://egp.jundiai.sp.gov.br/2021/06/21/capacitacao-para-horta-urbana-e-iniciada-com-treinamento-na-unidam/> Acesso em 16.mar.2023.



FONSECA, José da Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FERREIRA, Rubio José. **Agricultura urbana e periurbana e políticas públicas: contribuição à discussão do tema a partir de uma análise espacial em Recife e Vitória de Santo Antão/PE**, Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

GIACCHÈ, Giulia; PORTO, Lyra. Políticas públicas de agricultura urbana e periurbana: uma comparação entre os casos de São Paulo e Campinas. **Informações Econômicas (Online)**, v. 45, p. 45-60, 2015.

HESPAÑHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros; HESPAÑHOL, Antonio Nivaldo. A agricultura urbana em Camagüey e Cienfuegos - Cuba. **Revista Campo Território**, v. 13, p. 29-57, 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - Censos Demográficos. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=resultados> Acesso em: 10.mar.2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/jundiai.html> Acesso em: 14.mar.2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/jundiai/panorama> > Acesso em: 9.mar.2023.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução: R. E. Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MACHADO, Altair Toledo; MACHADO, Cynthia Torres de Toledo. **Agricultura urbana**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2002.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O Conceito de espaço rural em questão. **Revista Terra Livre**. São Paulo: AGB, n.19, 2º sem, p.95-112, 2002.

MELO, Larissa Pinheiro de. OS BENEFÍCIOS DA AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA PARA A SUSTENTABILIDADE DA CIDADE DE MACAPÁ-AP. In: **Anais do 7º Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável**: Pluris: contrastes, contradições, complexidades: desafios urbanos no Século XXI. Maceió, 5 a 7 de outubro de 2016 [recurso eletrônico]. Maceió: Viva Editora, 2016, p. 1-12.

Ministério do Desenvolvimento Social. (2018). **Portaria nº 467**, de 07 de fevereiro de 2018. Institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana.

MORÁN, Nerea; CASADEVANTE, Jose Luis Fernández de. A agricultura urbana brota na Grécia. **Revista de Agricultura Urbana**, p. 26-33, n. 28/ set. 2015.

MOUGEOT, Luc J.A. Agricultura Urbana – conceito e definição. **Revista Agricultura Urbana**, nº 01. Julho - 2000. Disponível em <<http://www.agriculturaurbana.org.br/RAU/AUrevista>> Acesso em: 14.mar.2023.

NORONHA, Elias Oliveira; HESPAÑHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. O espaço periurbano do município de Jundiaí – SP: Características e tendências atuais. **Revista Formação**, n.15 volume 1- p.85-96, 2008.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. Disponível em
<https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2021/06/17/selecionados-no-programa-horta-urbana-participam-de-curso-neste-sabado-19/> Acesso em 16.mar.2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. Disponível em
<https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2021/06/19/capacitacao-para-horta-urbana-e-iniciada-com-treinamento-na-unidam/> Acesso em 16.mar.2023.

PUIG, Santiago Hernández. El periurbano, un espacio estratégico de oportunidad. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 25 de mayo de 2016.

RESENDE, Sidivan Aparecido; CLEPS JUNIOR, João. A agricultura urbana em Uberlândia (MG). **Caminhos da Geografia (UFU. Online)**, v. 07, p. 191-199, 2006.

ROSA, Pedro Paulo. POLÍTICAS PÚBLICAS EM AGRICULTURA URBANA EPERIURBANA NO BRASIL. **Revista Geográfica de América Central**, vol. 2, julio-diciembre, 2011, p. 1-17. Universidad Nacional Heredia, Costa Rica.

ROSA, Audrey Ferreira. **AS PARTICULARIDADES DA AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA (AUP) EM PRESIDENTE PRUDENTE/SP**. 2020. 139f. Dissertação (Mestrado em Geografia), UNESP, Presidente Prudente, 2020.

SÁNCHEZ, Héctor Ávila. Periurbanización y espacios rurales en la periferia de las ciudades. **Rev. Estudos Agrários**, vol. 15, maio-agosto, 2019, p. 93-123. Universidad Nacional Autónoma de México, México.

SEADE – FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. Disponível em
< <https://municipios.seade.gov.br/> > Acesso em 18.mar.2023.

SECCHI, Bernardo. A cidade contemporânea e seu projeto. In: REIS, Nestor Goulart. **Dispersão urbana: diálogo sobre pesquisas Brasil – Europa**. São Paulo: FAU – USP, 2007.

SMITH, J., RATTI, A., NASSR, J. **Urban agriculture: food, jobs and sustainable cities**. New York: United Nations Development Programme (UNDP), 302 p. (Publication Series for Habitat II, v. 1), 1996.

SPOSITO. Maria Encarnação Beltrão. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo**. Tese (Livre Docência), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas formas de produção do espaço no Estado de São Paulo. In: REIS, Nestor Goulart; Portas, Nuno; TANAKA, Marta Soban (Org.). **Dispersão urbana: Diálogos sobre Brasil-Europa**. São Paulo: Via das Artes/FAUUSP, 2007, p. 38-54.

TVTEC JUNDIAÍ. Disponível em <https://tvtecjundiai.com.br/news/2021/06/08/jundiai-lanca-o-programa-horta-urbana-em-espacos-publicos-ociosos/> Acesso em 10.mar.2023.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME - UNDP. Urban Agriculture: food, jobs and sustainable cities. United Nations Development Programme. New York: **Publication**



61º Congresso da
SOBER
Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

**AGROPECUÁRIA
DO FUTURO**
Tecnologia, Sustentabilidade e
a Segurança Alimentar

Series for Habitat II, v. 1, 1996.

VALE, Ana Rute Do. **Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano do município de Araraquara (SP)**. 2005. 214f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2005.